

Recesso termina 3 dias antes

Sessão extra vai analisar MP das privatizações

O Congresso Nacional foi convocado para trabalhar durante os três últimos dias do recesso parlamentar. O motivo foi a reedição da medida provisória 334, com novas regras para a privatização das estatais. A medida foi assinada no último dia 26, em pleno recesso, e a Constituição obriga, nesses casos, a convocação extraordinária do Congresso no prazo máximo de 5 dias. A sessão de instalação do período extra de trabalhos do Congresso já está convocada para as 10h00 de hoje. O presidente do Congresso, Humberto Lucena, disse que se a medida provisória dos salários chegar a tempo será lida na mesma sessão. Na prática, a sessão extraordinária não exige quórum mínimo, já que será apenas formal para a leitura da medida provisória.

Foram os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Inocêncio de Oliveira e senador Mauro Benevides, que tomaram a iniciativa de autoconvocação, depois de um pedido do presidente Itamar Franco, justifican-

do que não desejava interromper por muito tempo o processo de privatização de empresas estatais. Os deputados e senadores não ganharão remuneração em dobro durante os três dias de trabalho no recesso. Os líderes de todos os partidos na Câmara e no Senado assinaram um projeto de decreto legislativo, que será submetido ao plenário no início de agosto, em que os congressistas renunciam a ajuda de custo referente ao trabalho extraordinário. Hoje, às 10h00, na sessão solene de instalação dos trabalhos da convocação extra será designada uma comissão mista de deputados e senadores para dar parecer sobre a nova medida provisória das privatizações.

Embora o presidente Itamar Franco tenha assinado a medida provisória cortando os três zeros e criando o cruzeiro real, também no período de recesso, a convocação extra terá somente por finalidade a leitura da medida das privatizações, explicou o presidente do Congresso, Humberto Lucena.